

Cânone e liberdade

Susana Scramim

Universidade Federal de Santa Catarina

O problema do cânone desdobra-se em outros: problemas de mercado, problemas culturais, problemas institucionais. Este texto irá tratar da relação que se estabelece entre a perspectiva cultural na revisão da tradição literária e os imperativos da instituição, especialmente da instituição universitária com os críticos literários que dela fazem parte. A discussão sobre o cânone diz respeito à recepção da arte, no entanto, ela atua também na conformação de certas tradições nacionais. No momento em que esse debate é desencadeado dentro da instituição universitária ocorre uma tomada de posição, por parte dos pesquisadores, cujo movimento caracteriza-se por uma oscilação entre a ousadia e o temor. Dessa forma, o debate acerca do valor dentro da instituição poderia ser melhor compreendido se a reflexão utilizasse as categorias do medo, ou melhor, medo do cânone, medo de perder o direito de errar, bem como com as do medo e do desejo de abandonar o projeto moderno.

Uma postura libertária frente ao cânone pôde ser observada com mais frequência depois das vanguardas do início do século XX, uma vez que se institui a lógica da ruptura. Esse direito à liberdade, esse direito de romper e instituir práticas individuais de leitura e criação artística, já foi reivindicado por Mário de Andrade, em 1921, no *Prefácio Interessantíssimo*: “Minhas reivindicações? Liberdade. Uso dela; não abuso. Sei embridá-las nas minhas verdades filosóficas e religiosas; porque verdades filosóficas, religiosas, não são convencionais como a Arte, são verdades. Tanto não abuso! Não pretendo obrigar ninguém a seguir-me.

Costumo andar sozinho.”¹ A ênfase recai no uso da liberdade e não no seu abuso. A liberdade, em se tratando de arte, não estaria, desse modo, relacionada ao exercício de alguma política social libertária nem mesmo a uma ontologia da liberdade. A liberdade a que se refere o *Prefácio* ainda não está relacionada a liberdades civis. Refere-se, no entanto, ao direito de usar com liberdade a palavra, de exercer-se numa poética livre. E pergunto-me, livre de quê? De que Mário quer se ver livre, e até que ponto ele realmente quer estar livre?

A resposta encontra-se nos pressupostos que fizeram com que Mário de Andrade escrevesse o *Prefácio*: quer estar livre para discorrer sobre questões relativas a um regime estético, e em primeiríssima mão, pois o texto possui tom de manifesto, e de fato foi um dos manifestos pioneiros do Modernismo brasileiro. Para tanto, lista um grande número de intelectuais e artistas de todos os tempos, desde a antiguidade (Homero, Virgílio) até o século XX (Cocteau, Epstein, Anita Malfati, Marinetti, entre tantos outros). O autor do *Prefácio Interessantíssimo*, ao selecionar um passado que se assemelha e se diferencia dele, evoca um cânone que é um substitutivo do cânone parnasiano, cria uma nova lista de referências, uma dívida para com o passado e uma promessa de futuro. No entanto, o efeito que o *Prefácio de Paulicéia desvairada* gera no âmbito literário poderia ser definido como um movimento dispersivo no sentido de que não deseja nem uma revisão do passado e tampouco a formação de um conjunto unificado de idéias e autores com a finalidade específica de criar uma escola. A dívida e a promessa permanecem efetivamente enquanto dívida e promessa. Mário de Andrade não deseja criar uma escola de autores, porém não abdicará de seu pendão de educador e disseminador dos valores do humanismo para a formação de novas gerações de artistas e intelectuais. No *Prefácio de Paulicéia Desvairada* ele se nega a exercer-se como mentor ou guru: “Não pretendo obrigar ninguém a seguir-me. Costumo andar sozinho(...) Você está reparando de que maneira costumo andar sozinho (...) E não quero discípulos. Em arte: escola = imbecilidade de muitos para vaidade dum só”². Sendo assim, por que o *Prefácio*? Mesmo declarando a inutilidade de seu texto, já nas primeiras linhas, “Este prefácio, apesar de interessante, inútil”³, por que escreveu-lo?

Isso nos remete a uma questão bastante pertinente para a discussão das relações entre o valor e a instituição universitária. Que tipo de interesse o cânone pode despertar hoje nos estudos que a universidade desenvolve sobre a literatura, ou que tipo de interesse ele pode despertar na própria produção literária contemporânea, sendo que a própria postulação de um cânone já é uma atitude antimoderna?

¹ ANDRADE, Mário. *Prefácio Interessantíssimo*, em Paulicéia desvairada. *Poesias completas / Mário de Andrade*; edição crítica de Diléia Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993, p. 67.

² Idem, p.67, 73 e 77.

³ Idem, p. 59.

O paradoxo não é somente nosso. Mário de Andrade, professando credo modernista no *Prefácio*, ou seja, mesmo professando uma postura antidogmática, ainda assim elege e postula um cânone. Contudo, o critério para fundar o valor estava pautado em uma leitura individual, familiar, do passado. Digo leitura familiar do passado, porque o autor do *Prefácio* diz que “não se pode libertar (grifo meu) de uma só vez das teorias-avós que bebeu”⁴. A tradição é compreendida como uma família dentre tantas outras famílias que compõem o universo da cultura. Valer-se das noções de família ou de clã como possibilidade de avaliar a arte, em 1921, não deixa de ser uma outra paradoxal postura antimoderna no coração da própria modernidade. Isso poderia ser compreendido como um sintoma de medo *ou* de desejo de abandonar o projeto moderno; ou, ainda, do medo *e* do desejo de abandoná-lo. Esta segunda opção não implicaria abandonar o projeto moderno, mas abaná-lo, no sentido que lhe confere Nietzsche ao falar da necessidade de “abanar a verdade”. O paradoxal que emerge dessa questão resulta de que a literatura está envolvida em temas que estão para lá da arte, como os temas da verdade e da dúvida. A liberdade reivindicada por Mário de Andrade embrida-se nas suas verdades filosóficas e religiosas, e afirma: “porque verdades filosóficas, religiosas, não são convencionais como a Arte, são verdades”⁵. Entretanto, se nos enredamos com o termo liberdade, conseqüentemente, estamos enredados ao termo dogma. O paradoxo surge justamente nessa lacuna que se cria entre liberdade e dogma, entre verdade e dúvida, entre contingente e eterno. Isso talvez seja tributário do fato de que Mário de Andrade também desempenhou o papel de educador. A postura paradoxal está longe de ser entendida como atitude conservadora. Trata-se de interrogar se deveríamos ensinar algo da categoria da dúvida ou da verdade. Ou talvez trate-se de uma outra interrogação: a de como escapar a essa alternativa? A que Mário de Andrade responde com a lição de que devemos usar a liberdade não para destruir o dogma, mas para abaná-lo, para que outras vozes possam ser liberadas. É antes de tudo uma atitude de quem possui responsabilidades teóricas e sociais frente à literatura. Veja que Mário de Andrade não faz a imposição de uma lista de favoritos, não impõe um cânone à maneira de um neoclassicismo parnasiano, mas põe em prática uma política familiar de leitura da tradição, bem como reivindica liberdade de poder criar mais tradição.

Um outro educador, este, por sua vez, um desconstrutor e não um disseminador dos valores do humanismo, mas que, nem por isso, deixou de exercer seu papel na formação de filósofos para uma nova filosofia, também elaborou uma reflexão sobre o passado. Estou me referindo a Nietzsche. (Parece que os educadores e os formadores de

⁴ Idem, p.60.

⁵ Idem, p.67.

opinião possuem em comum uma preocupação constante com o passado, com a herança de sua época.) Em *Crepúsculo dos ídolos*, obra escrita em 1888, que possui o subtítulo “Como filosofar com o martelo”, o filósofo nega o cânone grego, o cânone neoclássico da filosofia das últimas décadas do século XIX. No entanto, isso não quer dizer que o passado não interessava. Num dos fragmentos deste mesmo livro, “O que devo aos antigos”, Nietzsche revela que tinha uma dívida para com o passado, porém a um certo passado. Diz que devia muito mais às leituras de bons franceses como Fontanelle do que à “dialética assustadoramente autocomplacente e infantil de Platão”⁶; que tinha apreendido muito mais com os romanos e com Maquiavel do que com a decadente filosofia grega. Todavia, há um valor nessa cultura que faz com que Nietzsche estude a tragédia grega. Esse valor Nietzsche o encontra na vontade de vida produzida pela cultura helênica. Dessa maneira, o valor não se apresentaria, não estaria dado *a priori*. Nietzsche o elabora partindo de uma análise cultural. “(...) as cidades se trucidavam entre si, para que os cidadãos de cada uma delas encontrassem tranqüilidade diante de si mesmos. Tinha-se necessidade de ser forte: o perigo estava perto, espreitava por toda parte. A esplêndida flexibilidade corporal, o temerário realismo e imoralismo, que é próprio dos helenos eram uma necessidade, não uma *natureza*”⁷. Nessa essa análise, Nietzsche afirma que os filósofos alemães, inclusive Goethe, fundamentados na leitura de Platão, compreenderam mal os gregos. Com o texto “O que devo aos antigos” Nietzsche revê as verdades do passado grego para acrescentar-lhes novas leituras; ele propõe-se a rever uma tradição, reavaliar um cânone, atribuir um novo valor para elementos já consolidados de uma cultura, e isto não seria o que caracteriza uma formação?

No entanto, se há no texto de Nietzsche algum apelo à formação, com certeza, não é o mesmo apelo contido na tradição da *Bildung*, pensada por Herder como essência nacional, pelo próprio Goethe como unidade literária e cultural, e por Wilhelm von Humboldt como essência lingüística. Se há algum resquício formador no filósofo Nietzsche, esse não é o da *Bildung*, da alma nacional unívoca e romântica. A formação com a qual Nietzsche está preocupado é justamente a formação para o exercício da plena liberdade. E o que é a liberdade para Nietzsche? “Ter vontade de responsabilidade própria.(...) O tipo mais forte de homens livres teria de ser procurado ali onde constantemente é superada a mais alta resistência: a cinco passos da tirania, rente ao limiar do perigo da servidão. (...) entendo a palavra liberdade: como algo que se tem e não se tem, que se quer, e se conquista...”⁸ E disto se segue toda a hostilidade de Nietzsche para com tudo o que é

⁶ NIETZSCHE, Friedrich. O que devo aos antigos. In: *Crepúsculo dos ídolos*, tradução Marco Antonio Casa Nova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 113.

⁷ Idem, p. 114.

⁸ NIETZSCHE, Friedrich. Meu conceito de liberdade. In: *Crepúsculo dos ídolos*. Op. cit., p. 96.

conciliável e compatível, contra a falsa solda do contemporâneo em sua extemporaneidade. É sintomática a proximidade entre as concepções de liberdade dos dois autores que esta reflexão sobre o cânone recorta. Volto às últimas frases do *Prefácio* de Mário de Andrade: “Poderia ter citado Gorch Fock. Evita o *Prefácio Interessantíssimo*. ‘Toda canção de liberdade vem do cárcere’”⁹.

⁹ Andrade, Mário. *Prefácio Interessantíssimo*. In: *Poesias Completas*. Op. cit., p. 77.

No entanto, a estabilização tipicamente moderna da reivindicação por instituições liberais, ou por critérios liberais nas instituições não permite que o paradoxo se dissolva. O próprio Nietzsche irá definir o “moderno como a autocontradição fisiológica” (...) “o moderno conceito de liberdade é uma prova a mais de degeneração dos instintos”¹⁰. Entretanto a instituição busca saídas para esse impasse: ou atua com base na fé de que poderá simplesmente represar esse movimento, e assim permanece no nível da fé, ou obstrui esse movimento para acumular a própria degeneração, tornado-a mais súbita. Optando pela segunda alternativa, valeria a pena ousar uma conclusão: em arte, ou em literatura, um autor deve saber a hora de morrer, a hora de parar, antes que o movimento degenerativo se perca numa continuidade banal.

¹⁰ NIETZSCHE, Friedrich. *Liberdade que me és cara*. In: *Crepúsculo dos ídolos*. Op. cit., p. 99.

Voltemos a Mário de Andrade, voltemos especificamente ao ponto em que encontramos nesse escritor um pendão formativo, ou seja, o pendão de uma continuidade estabilizadora. A missiva de Mário de Andrade foi utilizada inúmeras vezes para o exercício do seu papel de formador de novas gerações. Eneida Maria de Souza, em texto sobre o cânone, escrito para revista *Babel* n. 3, lembrava que as orientações e conselhos veiculados nas cartas “seguiram à risca o projeto moderno, a ponto de o escritor censurar a produção daqueles que não rezavam a mesma cartilha (...) o cânone se legitima, torna-se moeda corrente da troca literária, meio eficaz para os futuros leitores identificarem autores, criarem linhagens (...)”¹¹. No *Prefácio Interessantíssimo* Mário de Andrade reivindica a liberdade de exercer-se mais como criador de uma outra tradição do que como transmissor da mesma. Já em outro texto, esse de 1941, “A elegia de abril”, exerce com plenitude o papel de escritor transmissor, aquele que deve introduzir as novas gerações num tipo de economia da tradição moderna. Escreve esse texto motivado por um convite muito especial. Antonio Candido, Decio de Almeida Prado e Alfredo Mesquita, jovens intelectuais da época, lhe pedem um texto-balanço, uma espécie de inventário, cujo valor poderia ser oferecido como penhor para a revista *Clima*, que aparecia com seu primeiro número, em abril de 1941. O texto-balanço que Mário de Andrade escreve possui um outro valor diferente daquele que o *Prefácio* possuía. Há aqui uma substituição do valor de uso, que tem a ver com a estrutura material do objeto, por um valor de troca, que não se define a

¹¹ SOUZA, Eneida Maria. “Nostalgias do cânone”, em *Babel: revista de poesia, tradução e crítica*, Santos, nº 3, setembro-dezembro, 2000. p. 92.

partir dos objetos, mas a partir de seu intercâmbio. No entanto, é o próprio Nietzsche que acrescenta algo mais a esta máxima de Marx: O valor de uma coisa não está às vezes naquilo que se alcança com ela, mas naquilo que por ela se paga — no que ela nos custa¹². A modernidade de Mário de Andrade irá custar-lhe a modificação do valor da sua escritura: de uso para o de troca. Sua reivindicação à liberdade de criar uma outra tradição resulta em ser conseqüentemente um transmissor dessa mesma tradição. No texto-balanço, declara, entre outras coisas, que as poucas vezes em que fora chamado a servir publicamente só o preparo das coletividades em mais alto nivelamento o preocupou. Sendo assim, o rompimento com os dogmas, a reivindicação por um sistema de criação liberal, implica a existência de uma força degenerativa, porque os instintos se contradizem, se atrapalham e se destroem uns aos outros e, finalmente, se estabilizam. A luta pela liberdade em arte, e isso vale para a política também, é um sintoma de decadência.

Contudo, há outras variantes, outros movimentos. Vejam que para descrever o movimento do cânone na perspectiva desses dois escritores preocupados com o problema da formação na cultura, Mário de Andrade e Nietzsche, foram discutidos alguns termos como os de liberdade, institucionalização, passado, leitura. Se quisermos ensaiar um outro movimento para analisar o fenômeno do cânone na contemporaneidade, teríamos que levar em consideração que os próprios termos com os quais se definem os contornos de um cânone possuem diferentes valores de uso e de troca em momentos históricos específicos. O valor que a idéia de liberdade de criação tinha para Mário de Andrade poderia ser definido como um valor de uso, no entanto, gastou-se, e hoje não há mais a necessidade de artistas e escritores reivindicarem algum tipo de liberdade de criação. Em Nietzsche a idéia de espírito livre já pode ser um pouco mais complexa, há nele uma denúncia, cujo valor ainda não se esgotou, dos falsos espíritos livres, chamados de diluidores do gosto democrático e das idéias modernas. Segundo o filósofo de *Para além do bem e do mal*, os espíritos livres “são, justamente, não-livres e ridiculamente superficiais, sobretudo com sua propensão fundamental a ver nas formas da velha sociedade que existiu até agora mais ou menos a causa de toda a miséria e fracasso dos homens: com que a verdade vem ficar de ponta cabeça!”¹³.

Sendo assim, como refletir acerca do cânone e seus delineadores: o valor, o passado, a instituição e a liberdade no presente? Como pensar o valor do passado, a liberdade, a instituição depois de Nietzsche, depois de Mário de Andrade? Há um ponto que une as reflexões acerca do valor em torno de um mesmo eixo, quer seja, o cânone e seu problema

¹² NIETZSCHE, Friedrich. Meu conceito de liberdade. In: *Crepúsculo dos ídolos*. Op. cit., p. 94.

¹³ NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal*, tradução Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras. § 44.

despertam interesse nas pessoas envolvidas em projetos educacionais, nos formadores de opinião; motivam professores, críticos literários, editores e escritores engajados nessa missão. Mas as diferenças históricas não anulam as semelhanças de postura desses formadores de opinião. Se ontem estabelecer o cânone fortalecia a instituição formadora, corroborava uma certa tradição e punha a nu todo o processo de decadência que o promovia, hoje, estabelecer cânones continua alicerçando as instituições formadoras, ratifica tradições, edifica ainda mais o mercado editorial, e como não poderia deixar de ser, continua trazendo à tona o processo de degeneração que o promove. A novidade é que as instituições com seus agentes, sejam eles professores, críticos ou editores, podem flexionar o cânone no plural e a noção de vazio e degeneração torna-se mais palatável e menos indigesta.

Nesse sentido, podemos formular: o problema do cânone tornou-se, no século XX, algo exterior a si mesmo, ou seja, o valor de um texto não está mais no seu valor de uso. Diz respeito a políticas, diz respeito a economias, porque esse valor é marcado pela possibilidade de intercâmbio. Com isso quero dizer que a postura política da literatura na “alta modernidade”, ou seja, como instituição ocidental e moderna que reivindicou e, conseqüentemente, adquiriu a liberdade de tudo dizer e de não explicitar nada, tornando-se inseparável da promessa de uma “democracia vindoura”, permitiu a degeneração, no sentido que lhe confere Nietzsche, do próprio conceito do que fosse literatura. E é justamente esse direito teoricamente assegurado que gerou o problema do cânone, porque antes o cânone não era um problema, era uma solução para a implantação e fortalecimento das instituições. No momento em que a literatura reivindica a possibilidade de negar a si mesma, a discussão em torno do valor literário estendeu-se até mesmo para o questionamento do que venha a ser literatura, especialmente se considerarmos o ataque ao caráter essencialista da instituição literária feito pela crítica cultural nas últimas décadas.

Algumas das últimas reuniões da Associação Brasileira de Literatura Comparada, composta na sua grande maioria de professores, têm sido dedicadas a discutir e a problematizar aquilo que já desde o alto modernismo é um grande problema: como lidar com as liberdades políticas conquistadas pela literatura? Desde 1996, no Rio de Janeiro, no 5º Congresso da Abralic até a mais recente reunião da associação, em agosto de 2001, em Belo Horizonte, cujo debate acerca do valor passou pelos campos da arte, do mercado e da política, as discussões têm revelado o grau da preocupação com o assunto. Na reunião de 1996, propunha-se como grande tema de discussão “a desconstrução dos cânones literários tradicionais e a necessidade de revisão e

contextualização de todo e qualquer instrumento de reflexão crítico-teórica”¹⁴. Numa das mesas semiplenárias a professora e crítica literária Leyla Perrone-Moisés discorreu acerca do papel da crítica frente ao cânone. O texto soa como o balanço de uma época. Tempo esse em que os estudos culturais conquistaram um certo relevo no âmbito da disciplina literatura. Investida de uma dupla função formadora, a de professora e a de crítica literária, afirma que “a principal discussão teórica da atualidade se trava em torno do cânone”¹⁵, e fundamenta essa sua afirmação no levantamento da produção teórica das últimas décadas e no levantamento dos temas dos últimos congressos literários. No entanto, como vimos acima, na análise da postura dos dois educadores frente ao cânone, essa questão não é exclusiva das últimas décadas do século XX, é um problema da modernidade que assola a instituição desde há muito com sucessivos desmoronamentos. O impasse detectado por Leyla Perrone-Moisés entre “estudos culturais” x “altas literaturas” é mais sintoma desses momentos de perda contra os quais nada podemos: a decadência é um processo inerente ao moderno. É impossível recriar, conforme gostaria a professores Leyla Perrone, um “forte conceito de literatura tal como houve durante os dois últimos séculos e como ainda havia na alta Modernidade”¹⁶. Não é mais possível pensar um sujeito cognitivo universal como um valor a ser retomado do alto modernismo, quer seja, aquele que sabe distinguir entre o bem e o mal, se a própria produção literária desse mesmo alto modernismo tratou de desconstruir essa noção de sujeito.

Nessa mesma reunião da associação, o professor Luiz Costa Lima afirmava que “a crise do comparatismo poderia ser resolvida pelos próprios professores/pesquisadores”¹⁷. A afirmação do professor carrega consigo o paradoxo do qual falava Nietzsche, ou seja, de que forma esses pesquisadores contribuiriam para resolver a crise do comparatismo, que é uma crise da literatura, segundo Luiz Costa Lima, se eles mesmos investem, por meio de seu trabalho, no estabelecimento do valor literário, da literatura como área privilegiada para a formação do sujeito crítico, e, em consequência disso, no estabelecimento da literatura como disciplina a ser ensinada? A seu modo, diante do quadro da crise gerada pela exteriorização do valor na literatura, ou seja, pela transferência do valor de uso para o de troca, Luiz Costa Lima, com argumentos diferentes, mas imbuído de um mesmo objetivo que Leyla Perrone-Moisés, aponta como saída para a crise uma retomada das rédeas da situação pelos professores que, como quer Luiz Costa Lima, “precisam quebrar o jejum de pensar”¹⁸. Com isso, estamos de volta ao começo, retomando preocupações e soluções que mantiveram o impasse: no paradoxo da modernidade.

¹⁴ COUTINHO, Eduardo. Sessão de abertura, em 5º Congresso da ABRALIC. *Cânones & contextos*; Anais – Rio de Janeiro: ABRALIC, 1997, p. 16.

¹⁵ PERRONE-MOISÉS, Leyla. “A crítica literária hoje”, em 5º Congresso da ABRALIC. *Cânones & contextos*; Anais. Op. cit., p. 87.

¹⁶ Idem, p. 88.

¹⁷ LIMA, Luiz Costa. “O comparatismo hoje”, em 5º Congresso da ABRALIC. *Cânones & contextos*; Anais. Op. cit., p. 83.

¹⁸ Idem.

Continuaram incomodados professores e críticos — afinal, essa deve ser a postura dos pesquisadores — e as reuniões das associações continuaram a falar do impasse. Voltou-se a ele no Colóquio Internacional “Declínio da arte/ ascensão da cultura”, em março de 1997, promovido pelo Núcleo de Estudos Literários e Culturais, da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como foi tema, em 1998, da VI reunião da Abralic. No entanto, nessas últimas reuniões que enumerei, não havia mais resquícios de intenções restauradoras. O estabelecimento do tema do encontro partia de uma avaliação das abordagens horizontais, quer dizer, de texto a texto, como práticas ultrapassadas, e aceitava, como tendência, a opção pelos estudos culturais e suas abordagens verticais que vinculam o local e o global, porque entendia que era preciso questionar hierarquias e mediações, acumulações diferenciais de poder e prestígios, linguagens e valores. Nesse congresso, Ítalo Moriconi, também professor e crítico literário apresentou uma reflexão que inseria o problema do valor e do cânone literário no âmbito da escola e da formação das novas gerações de professores. É muito interessante o perfil que ele traça da tendência retroativa dentro das universidades. Para a pergunta que geralmente a aposta no literário como reação se faz, quer seja: “O que fazer para deter o avanço da barbárie no próprio coração das instituições encarregadas de manter e reproduzir o seu oposto?”¹⁹, Ítalo Moriconi expõe algumas das várias respostas/propostas dos próprios defensores da reação literária, entre elas está: “A defesa de um ensino favorável ao desenvolvimento de alto grau de alfabetização, no sentido, operacional, não no sentido quantitativo ou sociológico”²⁰. E a este conservadorismo cultural observado no contexto universitário brasileiro que aposta numa alfabetização modernista ou “hiper-estética”, Ítalo Moriconi sobrepõe um outro método de alfabetização: o que objetiva como produto final um leitor que possua ainda qualidades como a sutileza para julgar e optar pela adesão ou não ao jogo de referências do alto modernismo, para analisar os novos tipos de dificuldades textuais, como por exemplo: “questões do hipertexto, da poliglossia, dos bilingüismos e multilingüismos, e de todo o universo de novos relacionamentos entre oralidade e escritura instituídos pela mídia das infovias”²¹. Veja que a proposta de Ítalo Moriconi ainda se situa na esfera da alfabetização em massa, do julgamento de valor, ou de valores, ou seja, no espaço de professores e críticos em meio a processos de estabilização. E será difícil abdicar disso, basta pensarmos que Ítalo Moriconi é autor de duas recentes e polêmicas antologias, *Os cem melhores contos do século XX* (2000) e *Os cem melhores poemas do século XX* (2001). Ítalo Moriconi escolheu 200 entre tantos outros autores da literatura brasileira. No entanto, nos

¹⁹ MORICONI, Ítalo. “Qualquer coisa fora do tempo e do espaço (poesia, literatura, pedagogia da barbárie)”, *Leituras do Ciclo*, org. Ana Luiza Andrade, Maria Lúcia B. Camargo, Raúl Antelo. Florianópolis: ABRALIC, 1999, p. 83.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

seus prefácios às antologias, ele se assume como tal, como autor das escolhas, e que escolheu entre o que era e o que, segundo ele, não era representativo do conto e da poesia brasileira do século XX e, usando a mesma expressão que o próprio Moriconi se valeu para caracterizar a postura de Leyla Perrone-Moisés²², isso é algo tão *high modernist*.

E a questão nietzscheana novamente se coloca: como dizer adeus ao moderno, como se despedir de um tempo que se caracteriza pela sensação de perda e constatação da escassez? Essa condição provoca a necessidade da criação de alternativas. E a busca por estas alternativas influencia as políticas acadêmicas de produção crítica e de ensino da literatura, influencia igualmente políticas editoriais, corporativas etc. Tais políticas operam atualizações e reatualizações no contexto literário. O que equivale a dizer que elas apresentam outras formulações para o que deverá ou não ser considerado como valor, no entanto, ainda são formulações de cânones. Resta pensar se essas políticas formuladoras de cânones são necessárias, resta pensar se o cânone não é dispensável enquanto idéia. Como exemplo disso, retomo um dos textos que motivaram minha reflexão: o *Prefácio*, de *Paulicéia Desvairada*, o próprio Mário de Andrade duvida de sua necessidade: “Este prefácio, apesar de interessante, inútil”²³. Apesar de toda a reflexão que operamos no que respeita à importância do cânone para a instituição formadora, bem como para a nossa ciência da apropriação que a indústria cultural faz dele, será que o cânone apesar de toda a importância que a ele delegamos, não seria inútil como aquele prefácio interessante?

Foi motivada por essa sensação de despedida que a revista *Babel*, exercendo também o papel de formação que as revistas literárias assumem na modernidade, no seu terceiro número propôs ampliar a discussão sobre o valor na poesia. Convidou a se manifestarem alguns poucos professores, e deu preferência à manifestação de editores e de poetas. As questões propostas por *Babel* tinham o propósito de desdobrar outras. Como por exemplo: se o cânone é espaço político e todo o político é passível de ser desinstalado, ele não se sustentaria, seu fundamento seria frágil e não haveria como lhe garantir o direito universal de existência (para não esquecer a pretensão universalizante dos diversos cânones).

Babel, na sua intenção em participar do espaço agônico da arena literária, enquanto luta contra a *gonia*, isto é, resistência frente à origem, à descendência e à degeneração investiu na proposição de um campo heterogêneo e no qual políticas particulares possam ser apresentadas. Neste sentido, foram sugeridas algumas questões que não indicavam necessariamente a afirmação daquilo que elas questionavam, mas simplesmente iniciavam um feixe de possibilidades a ser retomado ou

²² Ítalo Moriconi usa o termo pedagogia *high modernist* para caracterizar a posição de Leyla Perrone-Moisés na defesa que a crítica faz do cânone alto-modernista fundamentada na possibilidade de formação de um indivíduo capaz de distinguir entre o que é esteticamente bom ou ruim.

²³ ANDRADE, Mário. “Prefácio Interessantíssimo”, em *Poesias completas*. Op. cit., p. 59.

não, ampliado ou limitado, pelos convidados a pensarem o cânone e o canônico. As questões propostas foram as seguintes: “Seria possível, hoje, falarmos em um cânone (nacional, internacional, ocidental...) em poesia — seria possível (re)estabelecer um cânone? Neste sentido, haveria alguma inclinação na poesia brasileira de hoje para as formas convencionais ou, por outro lado, para o gráfico-visual? Seria o cânone uma questão de gosto: cânone = recorte individual? Qual a relação entre cânone e mercado; cânone e mídia? Seria a pluralidade uma nova forma de sobredeterminação ‘pasteurizante’, isto é, seria o plural reacionário?”

Foram convidados: Augusto Massi e Carlito Azevedo, editores das revistas *Ficções* e *Inimigo Rumor*; Ricardo Corona, Rodrigo Garcia Lopes e Ademir Assunção, editores da revista *Medusa*; Aleilton Fonseca, editor da revista *Iararana*; Manuel da Costa Pinto, editor da revista *Cult*; Sérgio Cohn, editor da revista *Azougue*; Anelito de Oliveira, editor do *Suplemento Literário de Minas Gerais*; Guido Bilharinho, editor da revista *Dimensão*; e Tarso de Melo, editor da revista *Monturo*; Jurema Barreto de Souza e Zhô Bertholini, editores de *A Cigarra*. E mais Cleber Teixeira, Flora Sússekind, Ítalo Moriconi, Maria Lucia de Barros Camargo, Raul Antelo, Eneida Maria de Souza, Luiz Costa Lima, Paulo Henriques Britto, entre outros.

Por motivos diversos nem todos aceitaram o convite. E, de maneira geral, as respostas oscilaram entre a salvação incondicional e a abjuração pouco refletida do cânone moderno, o que dá no mesmo. Entretanto, um dos textos-resposta, o de Raul Antelo, justamente a voz de um professor e crítico literário, vem falar do poema pela via de um gesto, o gesto do adeus, não propriamente ao poema, mas à poesia e ao cânone como produtos da abstração e da metafísica. E o mesmo gesto que dá adeus ao cânone e à poesia saúda o poema-gesto, aquele que mudou sua relação com a Lei porque agora ele também poderá inventar uma nova dimensão universal — que se situa entre o abstrato e o concreto, entre a hierarquia e a autonomia — onde a ética e democracia possam estar presentes. Outra voz, a da professora e crítica literária Eneida Maria de Souza, acrescenta, sem ingenuidade, que o “critério comparativo serve para discernir preconceitos, mas é preciso levar em conta como se produzem os discursos de legitimação, quem os legisla e quais vozes atuam em *off*”. Na mesma direção, o poeta Paulo Henriques de Britto desmistifica o cânone modernista na poesia brasileira destinando-lhe a função de acervo de recursos formais sem a intenção de nenhum resgate, desse modo, permitindo a performatividade do poema e da palavra poética.

A razão da educação na modernidade trabalha no sentido de substituição de um sistema metafísico por outro, da substituição de um

indivíduo cognitivo universal por outro, e, desse modo, expõe o processo de decadência próprio do moderno. No entanto, é preciso saber a hora de morrer, é preciso saber a hora de parar e recomeçar, estamos carentes dessa mudança. Toda época de crise é um tempo de escassez, de poupança, de comedimentos. Se não é possível mais avalizar o julgamento de valor depois da crítica política dos valores, se não é possível mais falar de um cânone a ser substituído, ensinado, portanto, reproduzido, nos resta apostar na fartura e na exuberância. Se quisermos um sistema de formação no qual o acesso ao saber não seja verticalizado, mas aconteça num espaço onde “os problemas são discutidos no interior de uma rede complexa de lideranças compostas por professores e pesquisadores que produzem conclusões epistemológicas e éticas as quais se internalizam como consciência histórica de processos de subjetivação grupal e individual”²⁴, ou seja, se realmente quisermos “a pedagogia da barbárie”, conforme lembrava-nos Ítalo Moriconi, em 1999, devemos apostar não somente na nova instrumentalização das análises, ainda que ela seja necessária, mas, antes, na proliferação de textos, real promotora da abundância. Assim não teremos mais a necessidade de institucionalizar cânones famélicos que opõem o antigo ao novo, a boa poesia à ruim, o modernismo ao concretismo e à poesia marginal, cânones que nos dizem o que deve ser poupado, conservado como paradigma de uma época em declínio.

²⁴ Moriconi, Ítalo. “Qualquer coisa fora do tempo e do espaço”, em *Leituras do ciclo*. Op. cit., p. 85-86.